



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Guarulhos

Segurança das Mulheres nas Ruas de Guarulhos: Uso da tecnologia para um ambiente urbano seguro

Guarulhos/SP

2025

Danielle Christine Silva Assis

Segurança das Mulheres nas Ruas de Guarulhos: Uso da tecnologia para uma ambiente urbano seguro

Relatório do projeto de pesquisa apresentado como parte da avaliação da Feira de Tecnologia da região bragantina - BRAGANTEC -, sob orientação da Prof.^a Ma. Cristiane Santana Silva e co-orientação da Prof.^a Ma. Juliana Nicolau Santana.

Guarulhos/SP

2025

Resumo

Este estudo propõe uma análise sobre a desigualdade de gênero na mobilidade urbana das mulheres nas cidades brasileiras, com foco nos desafios diários que elas enfrentam durante seus deslocamentos. A partir da pesquisa documental e bibliográfica, observa-se como as relações de poder entre homens e mulheres limitam a liberdade das mulheres no espaço urbano, criando barreiras à sua participação plena na vida social. A pesquisa aborda autores e dados que discutem o conceito de mobilidade com recorte de gênero, bem como documentos oficiais sobre transporte e segurança pública em áreas urbanas. Destacam-se as formas de insegurança vivenciadas por mulheres, especialmente a violência física e psicológica, que impactam suas escolhas de trajetos, horários e meios de transporte. Além disso, examina as estratégias de autodefesa adotadas por elas e propõe a criação de um aplicativo que possa mapear rotas seguras, considerando fatores como iluminação pública, presença de comércio e proximidade de postos policiais. A ferramenta visa auxiliar na tomada de decisões seguras durante os deslocamentos, contribuindo para a promoção de uma mobilidade urbana mais inclusiva, segura e equitativa para mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: desigualdade de gênero; mobilidade urbana; tecnologia; violência contra mulher

Abstract

This study proposes an analysis of gender inequality in the urban mobility of women in Brazilian cities, focusing on the daily challenges they face during their commutes. Based on documentary and bibliographic research, it examines how power relations between men and women limit women's freedom in urban spaces, creating barriers to their full participation in social life. The research draws on authors and data that discuss the concept of mobility from a gender perspective, as well as official documents on transportation and public safety in urban areas. It highlights the forms of insecurity experienced by women, particularly physical and psychological violence, which affect their choices of routes, schedules, and modes of transport. Furthermore, it examines the self-defense strategies adopted by women and proposes the creation of an application capable of mapping safe routes, considering factors such as public lighting, the presence of businesses, and the proximity of police stations. The tool aims to support safe decision-making during commutes, contributing to the promotion of a more inclusive, safe, and equitable urban mobility for women.

KEYWORDS: gender inequality; urban mobility; technology; violence against women

Sumário

Resumo.....	1
Abstract.....	2
Sumário.....	3
1. Introdução.....	4
2. Metodologia.....	5
3. Desenvolvimento.....	7
4. Resultados e Discussões.....	9
5. Considerações Finais.....	11
6. Referências Bibliográficas.....	12

1. Introdução

A mobilidade urbana segura é um direito essencial para todos, pois é na cidade que se baseiam todas as atividades sociais, econômicas e culturais. Porém, quando se observa a essencialidade desse direito sob a perspectiva de gênero, percebe-se que a falta de segurança nas ruas tem proporcionado um ambiente urbano cada vez mais hostil e excludente para as mulheres, que sofrem diariamente situações de violência.

Inúmeros são os indicadores que permitem confirmar o exposto, como por exemplo a observação do expressivo número anual de casos envolvendo diversas formas de assédio ou importunação sexual praticados por homens contra mulheres (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). A partir disso, surge um questionamento essencial: como podemos impedir que esse número cresça? E, considerando o crescente desenvolvimento tecnológico, não se pode deixar de refletir também como as tecnologias podem ser mobilizadas enquanto uma ferramenta de autodefesa e denúncia para tornar o ambiente urbano um lugar seguro para todos.

Portanto, esse estudo tem como objetivo investigar a percepção das mulheres do bairro Cabuçu em Guarulhos - região apontada com altos índices de violência contra a mulher pela Prefeitura da cidade - sobre a segurança dos espaços públicos em que vivem. A partir dos dados coletados, pretende-se desenvolver um aplicativo e um dispositivo conectado que funcionem como ferramenta de autodefesa em caso de violência. Esse aplicativo ajudará na escolha de rotas seguras, enviará a localização da vítima em tempo real para contatos de emergência e permitirá contato direto com a polícia.

1.2 Justificativa

A escolha deste tema se justifica pela relevância social que envolve a mobilidade urbana feminina e como a falta de segurança enfrentada pelas mulheres tem se tornado um fator limitante de sua participação na sociedade. Apesar dos avanços em políticas de transporte público e urbanização, persistem desafios relacionados ao assédio, à violência e à sensação de vulnerabilidade que impactam diretamente a

liberdade de circulação das mulheres. Nesse sentido, investigar essa problemática contribui para ampliar o debate sobre o direito à cidade, promovendo a formulação de políticas públicas inclusivas e seguras.

1.3 Questão-problema

Como as Tecnologias Digitais de Informação e Automação podem ser mobilizadas enquanto ferramentas de autodefesa e denúncia para tornar o ambiente urbano um lugar mais seguro para as mulheres?

1.4 Hipótese

A insegurança e a violência enfrentadas pelas mulheres no espaço urbano, especialmente na cidade de Guarulhos, afetam diretamente a mobilidade urbana feminina, restringindo suas opções de deslocamento e resultando em práticas de autodefesa. Diante desse cenário e considerando o grande avanço tecnológico atual, torna-se indispensável integrar a tecnologia como solução para a problemática da falta de segurança nas ruas.

A criação de um aplicativo que mapeie rotas mais seguras e ofereça recursos de apoio à segurança feminina em conjunto a um dispositivo portátil de emergência pode contribuir para a melhoria da percepção de segurança e, assim, promover uma maior participação das mulheres no espaço urbano.

Iniciativas como essa já existem no Brasil e o resultado é muito claro quanto ao impacto da tecnologia na efetividade e rapidez das denúncias, segundo o Governo do Estado de São Paulo, o aplicativo SP Mulher Segura já é considerado um marco no uso da tecnologia a serviço da vida, oferecendo agilidade e segurança para mulheres em situação de risco. Por fim, a proposta do projeto é fazer com que essas iniciativas ganhem força e continuem sendo construídas para tornar a segurança acessível a todos.

1.5 Objetivo

O objetivo central deste estudo é desenvolver ferramentas de apoio à segurança da mulher no deslocamento em espaços urbanos utilizando a tecnologia: um aplicativo de mapeamento, cujo diferencial é possibilitar o planejamento de trajetos seguros, indicando rotas alternativas e áreas de risco; e um dispositivo portátil de segurança, que funciona como botão de emergência integrado ao aplicativo, acionando órgãos públicos de segurança e/ou contatos de emergência selecionados pela usuária.

Como objetivos específicos, destacam-se a investigação da percepção das mulheres sobre a insegurança urbana em Guarulhos, a identificação dos fatores que contribuem para a violência de gênero no espaço público, a realização de pesquisa de campo nos bairros mais afetados por essa violência e a proposta de soluções tecnológicas que ampliem a autonomia feminina e fortaleçam sua presença no espaço urbano.

1. Metodologia

Para compreender os deslocamentos diários de meninas e mulheres nas cidades brasileiras, bem como os fatores que contribuem para a violência de gênero no espaço urbano, este estudo adota uma abordagem metodológica mista apresentando, inicialmente, pesquisa bibliográfica e documental e posteriormente pesquisa de campo. Compõem a pesquisa bibliográfica livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos sobre mobilidade urbana feminina, violência contra a mulher e o direito à cidade sob uma perspectiva de gênero.

No que se refere à pesquisa documental foram analisados documentos oficiais de leis vigentes e projetos de lei em tramitação que atuam no enfrentamento da violência – entre elas a Lei Maria da Penha, Lei de assédio sexual, Lei que tipifica o estupro como crime hediondo e a Lei de desembarque de mulheres e idosos –, além de dados do mapa da violência de Guarulhos e o anuário de segurança pública, com o objetivo de identificar como os órgãos públicos abordam a mobilidade e a segurança de meninas e mulheres no meio urbano.

Complementarmente, será realizada uma pesquisa de campo nos bairros Cabuçu, Pimentas e Cumbica, em Guarulhos. Essa etapa consistirá na aplicação de questionários com mulheres que tenham vivenciado ou testemunhado situações de insegurança urbana, com o objetivo de identificar percepções sobre o transporte público, as políticas públicas existentes e as estratégias pessoais de segurança. O público-alvo será composto por mulheres cis e trans, alunas ou servidoras do Ensino Médio — especialmente no período noturno ou integral — com idades entre 16 e 25 anos, faixa etária mais vulnerável a casos de assédio e violência nas ruas. A participação será totalmente anônima, garantindo a privacidade das participantes.

A partir dos dados obtidos, o objetivo é criar um aplicativo que utilize de mapeamento colaborativo para traçar as rotas mais seguras e ajudar as mulheres na tomada de decisões de seus trajetos, junto com um dispositivo vestível de fácil acesso que se conecte com o aplicativo para acionar as autoridades e os contatos de confiança em situações de emergência.

Na etapa atual da pesquisa, está em andamento o levantamento da plataforma mais adequada para o desenvolvimento do aplicativo, mas seu protótipo é formado por três páginas principais: a primeira seria a aba inicial com o mapa e a possibilidade de configurar seu local de origem e destino para que o aplicativo possa sugerir a rota mais segura para a usuária, considerando a circulação de pessoas, iluminação das ruas, proximidade de postos policiais e denúncias recentes.

Na segunda página do aplicativo estarão disponíveis contatos de emergência editáveis que a usuária poderá enviar a sua localização atual ou qualquer mensagem de ajuda em caso de insegurança no trajeto, além de ter também a opção de ligar para o seu contato de emergência caso necessário. Em todas as páginas do aplicativo estará presente um botão de emergência de fácil acesso que entra em contato direto com a polícia para tornar a denúncia mais rápida e eficaz.

Em conjunto ao aplicativo, está previsto o desenvolvimento de um dispositivo portátil de segurança. Seu funcionamento consiste em uma ferramenta de acionamento imediato a órgãos de segurança pública e contatos de emergência. O

dispositivo terá um botão de alerta, que ao ser ativado, fará contato via Bluetooth com o aplicativo. Este acionará as autoridades públicas e contatos que o usuário adicionar como de emergência, compartilhando também a localização da vítima.

O objetivo é que o dispositivo seja alcançado facilmente pelas mulheres em situações nas quais não haja condições ou tempo hábil de abrir o aplicativo. Frente a isso, pretende-se projetar sua estrutura externa em formato de acessório ou vestível, o que tornará mais prática e discreta a sua portabilidade.

Este projeto reconhece e considera trabalhos anteriores de temática similar, como o aplicativo *SP Mulher Segura*, desenvolvido pelo governo do Estado de São Paulo. Todavia, visa tornar o dispositivo acessível a parcela vulnerável do público-alvo, a periferia.

A terceira página do aplicativo disponibilizará um catálogo de instituições públicas que acolhem mulheres e proporciona para elas maior segurança, contendo informações como o endereço, horário de funcionamento, contato e *link* direto para *site* ou meio de comunicação utilizado. Já nas configurações estará anexado o fórum público que será o meio de denúncia dos casos e trechos inseguros para os órgãos públicos bem como para as demais usuárias do aplicativo e as desenvolvedoras para que o mapeamento seja o mais preciso possível.

2. Desenvolvimento

A pesquisa iniciou com a delimitação de um problema real relacionado a mobilidade urbana, o qual definimos como: a falta de segurança nas ruas e como isso afeta o acesso das mulheres ao ambiente urbano. O tema surgiu da percepção sensível das autoras que, como mulheres e moradoras de regiões periféricas da cidade, enfrentam diariamente a falta de segurança e limitação do espaço urbano.

Para embasar essa problematização da mobilidade urbana sob a perspectiva de gênero, foi utilizada a ferramenta do *Google Acadêmico* a fim de elencar os artigos e estudos que iriam compor a pesquisa bibliográfica, as palavras chaves utilizadas

(combinadas entre si e pesquisadas separadamente) foram: mobilidade urbana; desigualdade de gênero; segurança pública; políticas públicas.

Como resultado dessa pesquisa foram encontrados os estudos *Mobilidade feminina e as rotinas diárias de autodefesa nas cidades* dos autores Milayne S. F.; Ana Mara R. C.; Vitor D. M. e *Mobilidade urbana e o direito à cidade: análise do documentário 'Chega de Fiu Fiu' sob abordagem de gênero e interseccionalidades* das autoras Vitória F. C e Mariana B. S., ambos anexados ao Caderno de Estudos Urbanos Vol. 3 da Unifesp. Estes estudos permitiram compreender o que é mobilidade urbana, como ela se relaciona com o gênero e quais são as estratégias de autodefesa adotadas pelas mulheres para proteção.

A partir dessas leituras, ampliou-se a busca para agências de pesquisas e institutos que tratavam do mesmo tema, como *Agência Patrícia Galvão* a qual publicou diversos estudos com estatísticas e casos que fortalecem a ideia de que o ambiente urbano é vivenciado de formas diferentes entre homens e mulheres e evidenciam a insegurança sentida pelas mulheres ao se deslocar nas ruas do Brasil. Após essas pesquisas foi selecionado mais um artigo sobre mobilidade urbana para leitura para complementar a fundamentação do tema, o texto encontrado foi *Mobilidade e gênero: a situação das mulheres e meninas na mobilidade urbana* da autora Liliana Belgrado Hermont.

Paralelamente à leitura dos estudos/artigos foram estudadas também as fontes e citações dos textos, como o livro *Direito à cidade* de Lefebvre para entender a gênese das discussões sobre o direito à cidade e, para análise documental, as leis abordadas nos artigos lidos - Lei Maria da Penha, Lei do Estupro, Lei de Assédio Sexual e Lei de Desembarque.

Com a fundamentação do tema completa, foi possível avançar na pesquisa bibliográfica e adicionar leituras relacionadas a causa da desigualdade de gênero sofrida no espaço urbano pelas mulheres. Para isso, foi encontrado o artigo *Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder* das autoras Michelle Ângela Z; Josiane P.

F., anexado na Revista de Gênero, Sexualidade e Direito. Com base nesse artigo foi possível concluir que a causa da desigualdade de gênero está contida na herança patriarcal da sociedade e nas relações desiguais de poder.

Diante dos dados coletados foi possível fazer uma leitura da problemática no cenário particular da autora, a cidade de Guarulhos, e enfocar o estudo no bairro em que reside - Cabuçu - que se enquadra entre os 10 bairros mais perigosos da cidade, de acordo com o mapa da violência elaborado e disponível no *site* da Prefeitura de Guarulhos.

Delimitado o espaço de atuação da pesquisa e levantando os principais fatores de risco do bairro (falta de iluminação, escolas com horário noturno, calçadas estreitas, foco de assaltos e entre outros), foi pensado em uma solução prática e eficaz para a falta de segurança que seria a facilitação de denúncias da violência no espaço público implementando a tecnologia como meio de comunicação da vítima às autoridades/órgãos públicos para que o ambiente urbano seguro seja uma realidade para todas as meninas e mulheres que moram na cidade e merecem viver a cidade.

Acompanhando o desenvolvimento da pesquisa, o projeto foi submetido a feiras, congressos e competições ao longo do ano, entre estes um edital de seleção de discentes no âmbito do Programa de Apoio à Ciência e Tecnologia (PACTec) em parceria com a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI UFSCar). No qual foi contemplado para bolsa de estudos e foram adicionadas duas autoras ao projeto, ampliando o campo de pesquisa para os bairros que residem, Pimentas e Cumbica que também estão entre os dez bairros mais perigosos de Guarulhos.

Para que a solução seja colocada em prática estão sendo realizadas pesquisas direcionadas a dispositivos já existentes que seguem a mesma premissa idealizada e como desenvolver o aplicativo e o dispositivo, estudando linguagens de programação adequada, pesquisa de campo para base de dados, pesquisa dos melhores

componentes para fazer um modelo acessível e assim garantir que as mulheres estejam seguras no seu dia a dia.

3. Resultados e Discussões

Para a construção do dispositivo de segurança, estão sendo considerados os principais fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, com ênfase na mobilidade urbana sob a perspectiva de gênero. A análise bibliográfica e documental evidenciou que a desigualdade de gênero enfrentada pelas mulheres no espaço urbano é resultado de uma estrutura social patriarcal que restringe sua plena participação na cidade (ZANATTA, M.A; FARIA, J.P, 2018). Esses resultados parciais reforçam a urgência de uma intervenção tecnológica capaz de promover um ambiente urbano mais seguro para todas as pessoas, em especial para as mulheres.

Por definição, a mobilidade urbana refere-se à capacidade de deslocamento nas cidades, seja a pé, de bicicleta, transporte público, carro, motocicleta ou qualquer outro meio de transporte (Mobilidade Urbana, Projeto Movimenta, 2021). Por sua vez, Henri Lefebvre idealizou o conceito do direito à cidade da seguinte forma: “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. (LEFEBVRE, 2008, p. 117)

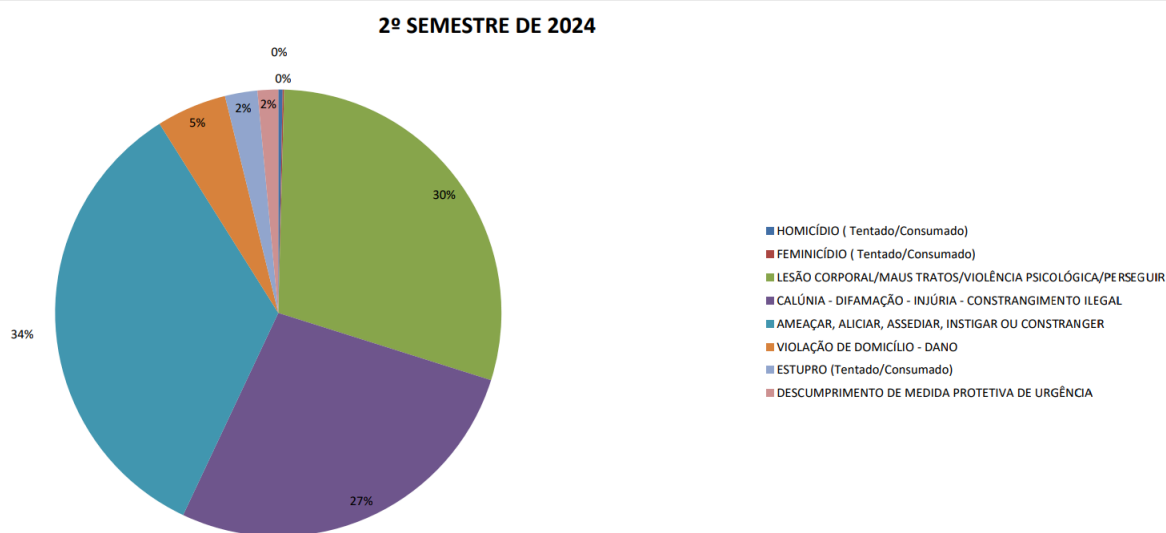
Acrescente-se a isso que, segundo o *Instituto Pólis* (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais), faz parte do direito à cidade poder circular sem medo, independente da hora ou lugar e poder contar com transporte digno (INSTITUTO PÓLIS, 2020). Se este deveria ser um direito garantido a todos, sem distinção de classe, raça ou gênero, cabem os seguintes questionamentos: Mas então porquê o Brasil continua sendo um país perigoso para as mulheres? Por que todos os anos os números de casos de violência contra mulher só aumentam? E mais, será que a cidade é segura para as mulheres?

A verdade é que a participação das mulheres no espaço urbano é marcada pela insegurança, pela objetificação dos corpos e pela ausência do sentimento de

pertencimento aos espaços da cidade (CITTOLIN, V.F; SOUZA M.B, 2022). E o motivo para isso está enraizado em uma cultura e história de desigualdades políticas e sociais que posiciona as mulheres em uma situação de subordinação em relação aos homens, em todos os aspectos que envolvem sua participação na sociedade, o que torna a cidade um ambiente cada vez mais hostil e excludente para o gênero feminino (ZANATTA, M.A; FARIA J.P, 2018).

Voltando o olhar para a cidade de Guarulhos, o mapa da violência elaborado pela Prefeitura da cidade, evidencia que os maiores registros de violência contra mulher estão nos crimes de ameaça, lesão corporal e constrangimento ilegal, que agregam ao sentimento de insegurança ao sair de casa e andar pelas ruas, como é possível observar no gráfico a seguir:

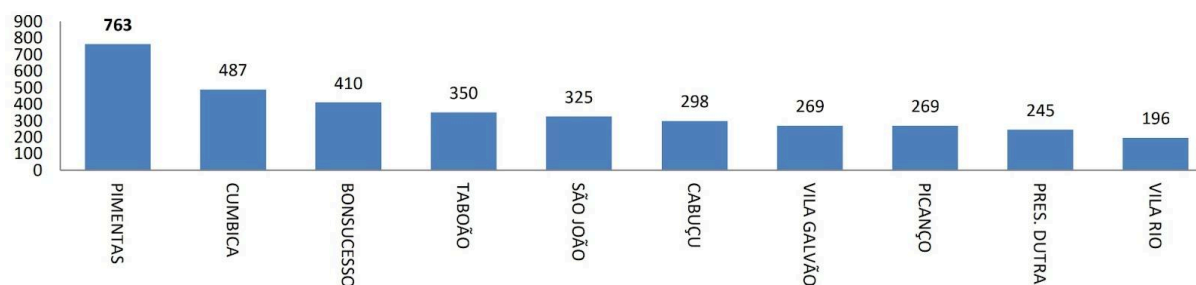
FIGURA 1. Evolução dos números de registros de violência contra mulheres no Município de Guarulhos



Fonte: Prefeitura de Guarulhos

Esses dados contribuíram tanto para definir o recorte espacial e o alcance da ferramenta a ser desenvolvida no projeto, como para a definição do território em que será realizada a pesquisa de campo, identificando como a violência de gênero está presente nas ruas destes bairros em Guarulhos, apontando quais são os locais mais inseguros para as mulheres e os aspectos geográficos, sociais e econômicos que levam a este cenário de insegurança.

FIGURA 2. Levantamento dos dez bairros de Guarulhos com maiores índices de violência registrados contra mulheres no 1º semestre de 2024



Fonte: Prefeitura de Guarulhos

Não coincidentemente, os bairros de residência das três pesquisadoras, Pimentas, Cumbica e Cabuçu, configuram a lista dos 10 bairros mais perigosos para as mulheres, deixando claro uma carência de segurança pública e se mostrando relevantes à incorporação da pesquisa na região, pois a experiência cotidiana pode ser ferramenta a contribuir à análise crítica dos dados, assim como, à proposição de estratégias de enfrentamento mediadas pelo uso das tecnologias da informação.

Ser mulher na sociedade sempre foi e continua sendo uma luta diária e desafiadora, o medo que acompanha seus caminhos limita suas ações e as priva de direitos básicos como ir e vir. A falta de assistência nos casos que são denunciados às autoridades explicita uma falta de cuidado do Estado e as mulheres acabam por adotar estratégias próprias de autodefesa sendo a única alternativa de enfrentamento da violência nas ruas alterar o itinerário ou sair de casa apenas acompanhada de um homem, a fim de se sentir segura.

O assédio de rua não é meramente uma situação desagradável do dia a dia, pela qual a mulher deve passar. Mas uma forma de amedrontar e subjugar a mulher. É mais uma maneira que o patriarcado utiliza para dizer às mulheres que elas são vistas como seres submissos, fracos e de cunho meramente sexual. Não se trata de mero desrespeito, mas é uma forma de violência contra a mulher. (STREVA, 2013, p.34)

Pensando nisso, torna-se necessário um olhar mais cuidadoso para a mobilidade urbana feminina, sugerindo a adoção de políticas públicas eficazes para o monitoramento adequado das ruas, assistência na denúncia dos casos, melhora na iluminação das ruas e a oferta de transporte público de qualidade, com aumento das frotas e da segurança interna dos veículos.

Considerando o avanço tecnológico, é importante usar as tecnologias da informação como estratégia de proteção para mulheres que se sentem inseguras. Nesse contexto, o desenvolvimento de um dispositivo portátil e de um aplicativo surge como uma resposta para acompanhar as mulheres em seus trajetos e oferecer mais segurança, por meio do mapeamento de rotas, contato com a polícia e órgãos públicos, além do apoio de instituições especializadas.

4. Considerações Finais

Espera-se que a pesquisa exponha a carência de segurança nas ruas dos bairros de Guarulhos, especialmente no que diz respeito à mobilidade urbana feminina, e que os dados obtidos contribuam para sensibilizar os órgãos públicos responsáveis, incentivando a formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes no enfrentamento da violência contra a mulher. Além disso, espera-se que o dispositivo, em conjunto do aplicativo funcione como ferramentas de apoio às meninas e mulheres que se sentem inseguras em seus deslocamentos diários, oferecendo, por meio da tecnologia, rotas mais seguras, canais de denúncia, meios eficientes de ajuda e acesso a informações relevantes, promovendo assim um ambiente urbano mais seguro, acolhedor e inclusivo.

5. Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei n. 10.224 – 15 mai. 2001. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 15 mai. 2001. p. 1.

BRASIL. Lei n. 11.340 – 07 ago. 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**: Brasília, 07 ago. 2006. p. 1.

BRASIL. Lei n. 12.015 – 07 ago. 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial da União**: Brasília, 07 ago. 2009. p. 1.

CITTOLIN, V.F; SOUZA, M.B. Mobilidade urbana e o direito à cidade: análise do documentário ‘Chega de Fiu Fiu’ sob abordagem de gênero e interseccionalidades. **Caderno de Estudos Urbanos**. Universidade Federal de São Paulo. v. 3. p 184-194. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2024**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>. Acesso em: 4 jul. 2025.

FRANÇA, M.S; CAMPOS, A.R; MENESES, V.D. Mobilidade feminina e as rotinas diárias de autodefesa nas cidades. **Caderno de Estudos Urbanos**. Universidade Federal de São Paulo. v. 3. p 166-183. 2022.

INSTITUTO PÓLIS. **O que é Direito à Cidade?** São Paulo: Instituto Pólis, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 6 mai. 2025.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: ed. Centauro, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Mobilidade Urbana**. Disponível em: <https://mobilidadeurbana.mpba.mp.br/mobilidade-urbana/#:~:text=Contudo%2C%20existe%20uma%20s%C3%A9rie%20de%20vari%C3%A1veis%20que,ligadas%20%C3%A0%20sa%C3%BAde%2C%20sociais%2C%20dentre%20outras%E2%80%9D%203>.

Acesso em: 04 jul. 2025.

PREFEITURA DE GUARULHOS. Mapa da violência contra as mulheres na cidade de Guarulhos: evolução dos números de registros no município – 1º semestre de 2024. **Guarulhos: Secretaria de Direitos Humanos, Subsecretaria de Políticas para as Mulheres**, 2024.

SÃO PAULO, Lei n. 16.490 - 15 jul. 2016. Dispõe sobre o desembarque de mulheres e idosos, usuários do Sistema de Transporte Coletivo, e dá outras providências. **Secretaria do Governo Municipal**: São Paulo, 15 jul. 2016. p. 1.

STREVA, Andrea Moreira. **A violência contra a mulher no espaço público**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

ZANATTA, M.A; FARIA, J.P. Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**. Salvador. v. 4. n. 1. p 99-114. 2018.